

MONUMENTO A PEDRO I

Pedro I nasceu em Lisboa, em 1798, sendo filho de D. João VI e da rainha D. Carlota Joaquina. Quando as forças de Napoleão invadiram Portugal, em 1808, ainda criança, veio com seu pai para o Brasil, onde se casou, em 1816, com D. Maria Leopoldina, arquiduquesa da Austria. Regressando D. João VI a Portugal, em 1821, ficou D. Pedro como regente do Brasil, já então elevado à categoria de reino. A agitação dos ânimos, em prol da independência, levou o governo da metrópole a adotar medidas que mais os exaltaram. D. Pedro I, chamado a Lisboa, desobedeceu, declarando que "ficava, por ser para bem de todos e felicidade geral da nação" (Dia do Fico). Esse acontecimento precipitou a queda do domínio português, não tardando que, envolvido pelos próceres do movimento, D. Pedro I proclamasse a Independência do Brasil, às margens do Ipiranga (7 de Setembro de 1822). Coroado Imperador, convocou uma Assembléia Constituinte, em 1823, dissolvendo-a, entretanto, no ano seguinte, e outorgando ao país uma Constituição, que jurou em 1824.

Tendo D. João VI falecido em Lisboa, em 1826, D. Pedro I, que deveria sucedê-lo, abdicou a coroa de Portugal em favor de sua filha D. Maria da Glória. As lutas políticas e, sobretudo, os dissentimentos entre brasileiros e portugueses desgostaram-no profundamente, levando-o a abdicar também a coroa do Brasil, na pessoa de seu filho, o príncipe D. Pedro de Alcântara, que contava apenas cinco anos de idade. Partindo para Portugal (1831), Pedro I, com o título de Duque de Bragança, lutou contra D. Miguel, que esbulhara sua filha e se apossara do trono, vencendo-o e fazendo sua entrada triunfal em Lisboa. Faleceu pouco depois desse feito, na capital portuguesa, em 1834. Casou-se, em segundas núpcias, com D. Amélia de Leuchtenberg, que faleceu em Lisboa, em 1873.

Repercutindo no Senado da Câmara, em 1824, a sugestão do redator do "Despertador Constitucional", de se levantar um monumento

ao fundador do Império, na sessão extraordinária de 11 de maio de 1825, o presidente apresentou à consideração de seus pares a idéa, que mereceu franco apoio. No dia 13, por ocasião do beija-mão e aniversário de D. João VI, foi solicitada a D. Pedro I permissão para levá-la a efeito. Dizia o documento entregue ao monarca:

"Senhor — O Senado da Câmara desta muito leal e heróica cidade do Rio de Janeiro, tendo sido até aqui fiel intérprete dos sentimentos da nação brasileira e executor dos seus desejos em tôdas as épocas memoráveis da sua feliz emancipação, sondando atualmente a opinião pública, tem penetrado ser sua vontade que à muito leal e poderosa pessoa de V. M. I. se inaugurasse um monumento público que, fazendo recordar à presente e futuras gerações a memória dos altos feitos de V. M., possa ao mesmo tempo servir de eterno padrão da sua sensibilidade e de sua gratidão.

"Neste sentir, pois, Senhor, o Senado da Câmara se apressa a rogar a V. M. I. queira benigno permitir-lhe a faculdade de poder dar o primeiro passo para tão augusta e magnânima empresa, lisonjeando-se de a pedir neste feliz aniversário já tão memorável nos fastos da nação.

"Digne-se, pois, V. M., acolhendo benignamente a súplica do Senado desta cidade, anuir aos ardentes desejos dêle, do povo por quem representa e, sem receio de errar, se pode dizer de todo o povo do Império. — O presidente, Lúcio Soares Teixeira de Gouveia. — Os vereadores, Manuel Frazão de Sousa Rondon, Antônio Gomes de Brito, Lourenço Antônio do Rêgo. — Procurador interino, José Agostinho Barbosa."

O Imperador respondeu:

"Acato a lembrança do Senado e agradeço".

Iniciou, então, o Senado da Câmara a execução de medidas decorrentes dessa autorização, afixando editais e participando às câmaras do Império a importante decisão, ao mesmo tempo que cuidava da organização do plano e do custeio da obra, mediante subscrições, sendo as importâncias respectivas recebidas pelo Banco do Brasil ou entregues ao tesoureiro da municipalidade. Entretanto, êsse trabalho foi retardado, em virtude das lutas políticas, que então ocorreram; e dois projetos apresentados pelo escultor Grandjean não chegaram a ser aprovados. A idéia, porém, continuava viva e, em diferentes legislações das câmaras e na imprensa, o assunto foi apreciado e debatido; até que, em 7 de setembro de 1854, a Câmara Municipal, em sessão extraordinária, sob a presidência de Francisco Lopes da Cunha e por proposta do dr. Haddock Lobo, aprovou um projeto, "mandando levantar na praça da Constituição da Corte e Capital do Império do Brasil uma estátua à memória de S. M. I., o sr. D. Pedro, primeiro Imperador e defensor perpétuo do Brasil". O projeto incluía a designação de uma comissão de cinco membros para adotar as providências necessárias e regulava a maneira de custear a execução da grande obra, além de indicar as suas principais características.

Em 12 de março de 1855, abriu-se o prazo, entre artistas nacionais e estrangeiros, para apresentação dos seus modelos, que, juntamente com desenhos, num total de 35, foram expostos, a 26 de junho, no Palácio da Academia de Belas Artes.

A comissão premiou, com um conto de réis, cada um, os trabalhos subscritos com os pseudônimos de: "Independência ou Morte", "Dem berten strebe nack" e "Vivere arbitrato suo", de autoria, respectivamente, de João Maximiano Mafra, brasileiro; Luiz Jorge Bappo, alemão, e Louis Rochet, francês. Foi escolhido o trabalho do primeiro, sendo contratado, em Paris, o estatuário Louis Rochet, para fundir o bronze. Vindo ao Rio estudar a localização do monumento, o artista francês propôs algumas modificações no projeto, consistindo a principal em tornar octógona a forma retangular do pedestal.

Em 12 de outubro de 1855, foram iniciados os trabalhos da base do monumento e, em 19 de outubro de 1861, chegavam do Havre, na galera francesa "Reine du Monde", o pedestal e a estátua. Em 17 de novembro, desembarcava o estatuário Rochet, a fim de fazer o levantamento do monumento. Em 1 de janeiro de 1862 realizou-se a cerimônia da colocação da pedra fundamental. A inauguração solene ocorreu no dia 30 de março de 1862, por transferência, porque, marcada para o dia 25, quando todo o trecho e ruas adjacentes estavam engalanados, caiu forte aguaceiro sobre a cidade.

A descrição do monumento, que se ergue ao centro da Praça Tiradentes, pode ser assim resumida: — Sobre um soco de cantaria, vê-se um elegante gradil de ferro, imitando o bronze e apresentando, entre círculos e alternadamente, a coroa imperial e a legenda **Pedro I**, em letras de ouro; é de forma octogonal; em cada ângulo eleva-se uma coluna artisticamente ornada, que sustenta um lampeão de gás, encimado por uma coroa. Nas bases dessas colunas estão gravadas as seguintes datas: 12 de outubro de 1798 — 6 de novembro de 1817 — 17 de outubro de 1829 — 9 de janeiro de 1822 — 13 de maio de 1822 — 12 de outubro de 1822 — 1 de dezembro de 1822 — 25 de março de 1824. O espaço cercado pelo gradil é pavimentado de mármore. Sobre uma base de granito ergue-se o pedestal, que é octógono e de bronze, assim como todo o monumento. Vestem as suas faces principais quatro alegorias indígenas, simbolizando os rios Amazonas, Paraná, Madeira e São Francisco. Este é representado por um índio, que está sentado junto a um tamanduá bandeira e uma capivara. Outro índio, o do rio Madeira, está armado de arco e em atitude de disparar uma flecha, vendo-se, ao seu lado, uma tartaruga, uma ave e alguns peixes. Os rios Amazonas e o Paraná são representados, cada um, por duas figuras, sendo uma do sexo masculino e outra do sexo feminino. A selvícola do rio Amazonas tem sobre as costas uma criança adormecida. Seu companheiro descansa o pé sobre um jacaré, havendo, ao seu lado, uma jibóia, um tigre, um ouriço-caixeiro e uma ave. No grupo que simboliza o rio Paraná vêem-se um tapirete ou anta, um tatu e duas grandes aves. Ornam o friso do pedestal escudos torreados, signifi-

cando as vinte províncias do Brasil, e sobre cada um dos quais existe uma estrêla dourada. Na parte superior da face principal estão as armas do Império e a seguinte inscrição: — **A D. Pedro Primeiro, Gratidão dos Brasileiros.** Nas faces laterais, as armas bragantinas, vigiadas por dragões dourados. Finalmente, sobre o pedestal ergue-se o vulto do monarca, em grande uniforme de general, montado a cavallo, tendo o braço direito alçado, num gesto de quem apresenta ao mundo o auto da independência do Brasil.

A altura do monumento — o primeiro inaugurado no Rio — é de 3 metros e 30 centímetros até o alto da cantaria; 6 metros e 40 centímetros, até o alto da cornija; medindo 6 metros a estátua eqüestre e seu plinto. O peso total do bronze é de 55.000 quilos, sendo: 28.000 quilos todo o pedestal; 12.080 quilos a estátua eqüestre; 10.000 quilos os dois grupos grandes e 5.000 quilos os dois pequenos.